

**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO – FUNPRESP-EXE
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM
CARGOS DE ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
EDITAL Nº 2 – FUNPRESP-EXE, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021**

O Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe torna pública **retificação** do tópico de Direito, Legislação e Normas dos conhecimentos específicos para o **Cargo 8: Analista de Previdência Complementar – Área de Atuação: Jurídica**, constantes do subitem **15.2.1.2** do Edital nº 1 – Funpresp-Exe, de 20 de outubro de 2021, conforme a seguir especificado, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

[...]

15.2.1.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

[...]

**CARGO 8: ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ÁREA DE ATUAÇÃO: JURÍDICA
DIREITO, LEGISLAÇÃO E NORMAS**

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo. Direito administrativo como direito público. Objeto do direito administrativo. Conceito de Administração Pública sob os aspectos orgânico, formal e material. 2 Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais. 3 Relação jurídico-administrativa. Personalidade de direito público. Conceito de pessoa administrativa. 4 Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo. 5 Classificação dos órgãos e funções da Administração Pública. 6 Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. 7 Ausência de competência: agente de fato. 8 Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações. 9 Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Administração Pública direta e indireta. 10 Funpresp-Exe: natureza jurídica e sujeição às normas de direito público. 11 Concentração e desconcentração de competência. 12 Fatos da Administração Pública: atos da Administração Pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. 13 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 14 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 15 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 16 Atos administrativos gerais e individuais. 17 Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 18 Ato administrativo inexistente. Teoria das nulidades no direito administrativo. 19 Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. 20 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 21 Licitações, contratos e convênios. Fundamento constitucional. Conceito e modalidades. O regime de licitações e alterações. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades e tipos de licitação: Lei nº 8.666/1993 e alterações. Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). Sistema de Registro de Preços. Planejamento de contratações e execução dos contratos: Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017; Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2019; Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 40/2020; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Contratos administrativos: conceito e características. Invalidação. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos. Orientações Normativas do Advogado-Geral da União. 22 Poder Regulamentar. Regulamentos administrativos de execução e autônomos. O poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação. Análise do art. 84 da CF/1988 quanto aos limites do poder regulamentar. 23 Controle interno e externo da Administração Pública. 24 Sistemas de controle jurisdicional da Administração Pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 25 Tribunal de Contas da União e suas atribuições. Jurisprudência e Súmulas. 26 Agentes públicos: servidor público e empregado público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. 27

Servidor efetivo e vitalício: garantias; estágio probatório. Servidor ocupante de cargo em comissão. 28 Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. 29 Lei nº 8.112/1990 e alterações. 30 Improbidade administrativa. 31 Conflito de interesses (Lei nº 12.813/2013). 32 Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira. 33 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 34 Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. 35 Regime previdenciário do servidor estatutário. Normas e princípios constitucionais. As regras de transição. O sistema de previdência complementar. 36 Processo administrativo federal: Lei nº 9.784/1999. 37 Advocacia Pública Consultiva. Hipóteses de manifestação obrigatória. Aspectos de responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas, e do administrador público, quando age em acordo, e quando age em desacordo com tais manifestações. 38 Direito de acesso à informação – Lei de Acesso à Informação.

DIREITO CIVIL: 1 Aplicação da lei no tempo e no espaço. 2 Interpretação e integração da lei. 3 Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB. 4 Pessoas naturais e jurídicas: capacidade; começo da personalidade e da existência legal; extinção; domicílio. 5 Fato jurídico stricto sensu. 6 Ato jurídico em sentido estrito. 7 Negócio jurídico: elementos essenciais gerais e particulares; elementos acidentais; defeitos; forma e prova; nulidade e anulabilidade. 8 Ato ilícito. 9 Prescrição e decadência. 10 Obrigações: modalidades; modos de extinção (pagamento direto e pagamento indireto); extinção da obrigação sem pagamento; execução forçada por intermédio do Poder Judiciário; consequências da inexecução da obrigação por fato imputável ao devedor (mora, perda e danos e cláusula penal); transmissão (cessão de crédito, cessão de débito e cessão do contrato). 11 Contratos em geral: requisitos de validade, princípios, formação, classificação; efeitos em relação a terceiros; efeitos particulares (direito de retenção, *exceptio nom adimpleti contractus*, vícios redibitórios, evicção e arras; extinção da relação contratual. 12 Obrigações por ato ilícito. 13 Responsabilidade civil: conceito, pressupostos, espécies e efeitos. 14 Registros públicos. 15 Marco Civil da Internet. 16 Lei Geral de Proteção de Dados. 17. Direito sucessório – inventário e partilha.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 História Constitucional do Brasil. 2 Constituição: conceito e classificação. 3 Constitucionalismo. Espécies; Constitucionalismo Social. Constitucionalismo do Futuro. Constitucionalismo Transnacional. Transconstitucionalismo. Neoconstitucionalismo. 4 Normas constitucionais: classificação. 5 Preâmbulo, normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais. 6 Disposições constitucionais transitórias. 7 Hermenêutica constitucional. 8 Princípios e regras jurídicas. Ponderação. Modelos e críticas. 9 Poder constituinte. 10 Controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. Evolução histórica. 11 Inconstitucionalidade: normas constitucionais inconstitucionais. 12 Inconstitucionalidade por omissão. 13 Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. 14 Ação declaratória de constitucionalidade. 15 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 16 Direitos Políticos. Processo Eleitoral. Condições de elegibilidade e inelegibilidade. 17 Direitos e garantias individuais e coletivos. 18 Princípio da legalidade. 19 Princípio da isonomia. 20 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 21 Direitos sociais e sua efetivação. 22 O Direito à seguridade social na ordem constitucional e legal. Previdência Social. 23 Princípios constitucionais do trabalho. 24 Estado federal: conceito e sistemas de repartição de competência. 25 Federação brasileira: características, discriminação de competência na Constituição de 1988. 26 Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. 27 Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos. 28 Da União. 29 Estado-membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações. 30 Estado-membro: competência e autonomia. 31 Administração Pública: princípios constitucionais. 32 Servidores públicos: princípios constitucionais. 33 Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo; Tribunal de Contas da União. 34 Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministro de Estado. 35 Presidente da República: poder regulamentar; medidas provisórias. 36 Supremo Tribunal Federal: organização e competência. 37 Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. Justiça federal: organização e competência. 38 Justiça do trabalho: organização e competência. 39 Advocacia-Geral da União: representação judicial e

extrajudicial da União; consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo; organização e funcionamento. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. 40 Limitações constitucionais do poder de tributar. 41 Ordem econômica e ordem financeira: princípios gerais. 42 Princípios constitucionais da ordem econômica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo. 2 Normas de direito processual civil. 2.1 Natureza jurídica, fontes e interpretação. 2.2 Direito processual intertemporal. 3 Jurisdição. 3.1 Conceito, características, princípios, limites e espécies. 3.2 Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação), arbitragem e tribunais administrativos. 4 Competência. 4.1 Critérios de determinação e de modificação. 4.2 Competência originária dos Tribunais Superiores. 4.3 Competência absoluta e competência relativa. 4.4 Conflitos de competência e de atribuição. 4.5 Conexão e continência. 5 Ação. 5.1 Teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. 5.2 Direito subjetivo. 5.3 Pretensão. 5.4 Ação de direito material e de direito processual. 5.5 Direito de ação na perspectiva constitucional. 5.6 Direito à adequada tutela jurisdicional. 6 Sujeitos do processo. 6.1 Partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. 6.2 Litisconsórcio. 6.3 Assistência. 6.4 Intervenção de terceiros típica e atípica. 7 Processo 7.1 Pressupostos processuais e atos processuais, forma, tempo e lugar dos atos processuais. 7.2 Atos processuais eletrônicos. 7.3 Prazos. 7.4 Comunicação dos atos processuais. 7.5 Citação. 7.6 Cartas. 7.7 Intimação. 7.8 Teoria das invalidades processuais. 7.9 Nulidades. 7.10 Preclusão. 7.11 Distribuição e registro. 7.12 Valor da causa. 8 Tutela provisória. 8.1 Tutela de urgência e tutela evidência. 8.2 Tutela antecedente e tutela incidente. 8.3 Estabilização da tutela provisória. 9 Formação, suspensão e extinção do processo. 9.1 Procedimento comum. 9.2 Petição inicial. 9.3 Indeferimento da petição inicial. 9.4 Improcedência liminar do pedido. 9.5 Conversão da ação individual em ação coletiva. 9.6 Audiência de conciliação. 9.7 Audiência de mediação. 9.8 Respostas do réu. 9.9 Revelia. 9.10 Providências preliminares e saneamento. 9.11 Julgamento conforme o estado do processo. 9.12 Audiência de instrução e de julgamento. 10 Provas. 10.1 Objeto, fonte e meios. 10.2 Admissibilidade. 10.3 Provas típicas e atípicas. 10.4 Provas ilícitas. 10.5 Ônus da prova. 10.6 Provas em espécie e sua produção. 10.7 Fatos que independem de prova. 10.8 Exame da prova e sua valoração. 11 Sentença 11.1 Conteúdo, vícios, efeitos e modalidades. 11.2 Liquidação de sentença. 11.3 Coisa Julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e classificações. 11.4 Limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. 11.5 Relativização da coisa julgada. 12 Tutelas declaratórias, condenatórias, mandamentais, cominatórias e específicas. 13 Cumprimento de sentença. 13.1 Classificação. 13.2 Pressupostos. 13.3 Cumprimento da sentença que reconheça a obrigação de pagar quantia certa, de fazer, de não fazer e de entregar coisa. 13.4 Defesas do devedor e de terceiros nos pedidos de cumprimento de sentença. 14 Execução. 14.1 Teoria geral. 14.2 Princípios que norteiam o processo de execução. 14.3 Execução em geral. 14.4 Pressupostos do processo de execução. 14.5 Características dos títulos executivos. 14.6 Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. 14.7 Execução definitiva e execução provisória. 14.8 Legitimidade ativa e passiva no processo de execução. 14.9 Competência. 14.10 Responsabilidade patrimonial. 14.11 Das diversas espécies de execução. 14.12 Da suspensão e da extinção da execução. 14.13 Defesas do devedor e de terceiros na execução. 14.14 Exceção de pré-executividade. 14.15 Embargos do devedor. 15 Processos nos tribunais. 15.1 Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais. 15.2 Incidente de assunção de competência. 15.3 Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 15.4 Conflito de competência. 15.5 Ação rescisória. 15.6 Incidente de resolução de demandas repetitivas. 15.7 Reclamação. 16 Recursos e meios de impugnação das decisões judiciais. 16.1 Teoria geral dos recursos. 16.2 Admissibilidade e efeitos. 16.3 Princípios. 16.4 Apelação. 16.5 Agravo de instrumento. 16.6 Embargos de declaração. 16.7 Embargos de divergência. 16.8 Agravo interno. 16.9 Mandado de segurança contra ato judicial. 16.10 Recursos nos tribunais superiores. 16.11 Recurso ordinário. 16.12 Recurso especial. 16.13 Recurso extraordinário. 16.14 Do julgamento dos recursos especial e extraordinários repetitivos. 16.15 Temas de repercussão geral e recursos repetitivos. 16.16 Súmula. 16.17 Súmula vinculante. 16.18 Precedentes: teoria geral, *distinguishing* e *overruling*. 16.19 Pedidos de suspensão de liminares e

sentenças. 17 Juizados especiais cíveis: procedimentos, princípios, normas, especificidades e enunciados. 18 Mandado de segurança individual e coletivo. 19 Microssistema da tutela dos direitos coletivos. 19.1 Teoria geral do processo civil coletivo. 19.2 Princípios gerais do processo civil coletivo. 19.3 Entes e instituições legitimadas. 19.4 Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 20 Processo eletrônico. 20.1 Normas e especificidades. 20.2 Comunicação e prazos dos atos processuais eletrônicos.

DIREITO DO TRABALHO: 1 Direito do trabalho. Conceito. Fontes: classificação, hierarquia e solução de conflitos. Princípios do direito do trabalho. 2 Renúncia e transação no direito do trabalho. Comissões de conciliação prévia. 3 Relação de trabalho. Relação de emprego. Distinção. 4 Sujeitos da relação de emprego. Empregado. Espécies. Distinção dos demais trabalhadores (eventual, autônomo, de empreitada). Empregador. Responsabilidade solidária e subsidiária. Desconsideração da personalidade jurídica. 5 Contrato individual do trabalho: conceito, elementos e modalidades. 6 Remuneração e salário. Conceito. Componentes do salário. Modalidades. Parcelas não salariais. 13º salário. Participação nos lucros e resultados. Equiparação salarial. 7 Alteração do contrato de trabalho. Efeitos. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8 Paralisação temporária ou definitiva do trabalho em decorrência do *factum principis*. 9 Força maior no direito do trabalho. 10 Extinção do contrato de trabalho. Espécies. Justas causas de despedida do empregado. Culpa recíproca. Despedida indireta. Dispensa arbitrária. Direitos do empregado decorrentes da extinção. Aviso prévio. Programas de demissão voluntária. 11 FGTS. 12 Estabilidade. Garantia no emprego. Despedida do empregado estável. Reintegração, readmissão e indenização. 13 Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Intervalos. Trabalho extraordinário e trabalho noturno. Sistemas de prorrogação e compensação de horas. Trabalho em regime de tempo parcial. Adicionais. 14 Férias. Direitos do empregado, épocas de concessão e remuneração. 15 Descanso semanal remunerado. 16 Direito coletivo. Organizações sindicais: Acordos e convenções coletivas de trabalho. Mediação e arbitragem. Direito de greve.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: 1 Fontes. Princípios. O *jus postulandi*. 2 Justiça do Trabalho. Organização. Competência. 3 Processo do trabalho. Atos processuais. Formas de comunicação dos atos processuais. Procedimentos. Nulidades no processo do trabalho. Decisões judiciais. Termo de conciliação e sua eficácia. 4 Recursos no processo do trabalho: princípios gerais, prazos, pressupostos, requisitos e efeitos. Recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no Tribunal Superior do Trabalho e embargos de declaração. Agravo regimental. Recurso adesivo. 5 Liquidação de sentença. Execução provisória e definitiva no processo trabalhista. Meios de defesa. 6 Execução das contribuições sociais na Justiça do Trabalho. Competência. Legitimidade. Procedimento. 7 Ação rescisória no processo do trabalho.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1 Seguridade social: origem e evolução legislativa no Brasil; conceito; organização e princípios constitucionais. 2 Previdência privada versus previdência pública. 3 Fundos de pensão. 4 Regime de Previdência Complementar Federal: 4.1 Funpresp-Exe: posição em relação à seguridade social oficial; natureza jurídica e interpretação conferida pelo Tribunal de Contas da União; órgãos e entidades patrocinadores; competências do Ministério da Economia e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar; ingresso no serviço público: RE1050597 (Repercussão geral); Adesão automática e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5502. 5 Emenda Constitucional nº 20/1998; Lei Complementar nº 108/2001; Lei Complementar nº 109/2001; Emenda Constitucional nº 41/2003; Decreto nº 4.942/2003; Lei nº 12.618/2012; Decreto nº 7.808/2012; Projeto de Lei nº 6.088/2016; Resolução CMN nº 4.661/2018; Emenda Constitucional nº 103/2019.

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 O Estado e o poder de tributar. 2 Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. 3 Norma tributária: espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração; natureza. 4 Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 5 Crédito tributário: conceito; natureza; lançamento; revisão, suspensão, extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito. 6 Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade

pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. 7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8 Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Imunidades. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias. 9 Lei nº 5.143/1966; Lei Complementar nº 87/1996; Lei nº 9.715/1998; Lei nº 9.718/1998; Lei Complementar nº 116/2003; Lei nº 10.833/2003; Lei Complementar nº 118/2005; Decreto nº 6.306/2007; Decreto nº 6.573/2008.

[...]

RICARDO PENA PINHEIRO

Diretor-Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público
Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe